

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 14

Data: 05/02/94

Pg.: \_\_\_\_\_

### Legalização para áreas de conservação é agilizada

O ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Rubens Ricupero, discutiu com a Diretoria de Ecossistemas do Ibama (Diréc) fórmulas para agilizar a legalização fundiária de unidades de conservação no Brasil. Para os casos urgentes, com liberação de verbas aprovadas, mas impedidas de se concretizarem por atraso no levantamento de títulos de propriedade e valor de benfeitorias e terras, o ministro propôs um plano de monitoramento de cada processo e solicitou ao Ibama informes semanais.

Três unidades de conservação, os parques nacionais da Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, e Grande Sertão Veredas, em Minas Gerais, além da reserva biológica de Pedra Talhada, em Alagoas, enquadram-se nesta situação e estão sendo tratadas com prioridade pelo Ibama. Os decretos presidenciais que autorizam a desapropriação de terras na área dos dois parques têm prazo de validade até 12 de abril deste ano

PAOLA ANTONY



**Ministro Ricupero quer agilizar**

e na área da reserva biológica de Pedra Talhada, até junho. Os decretos de desapropriação com fins de utilidade pública têm prazo de validade de cinco anos.

As verbas para as desapropriações de terras dentro destas três unidades, no valor de quatro milhões de dólares, foram aprovadas em crédito suplementar no final do ano passado.

### Organograma estabelecido

**N**a próxima semana o Ibama concluirá o cronograma a ser cumprido no ano para a revisão dos planos de manejo de unidades de conservação nacionais, que prevê também a elaboração de planos novos. Os planos de manejo são revisados a cada cinco anos de acordo com estudos científicos específicos para as características de cada unidade de conservação.

Dentre os 22 planos de manejo atualmente em execução apenas dois estão dentro do prazo de vigência: os planos dos parques nacionais marinhos de Fernando de Noronha, no litoral de Pernambuco, e o de Abrolhos, na Bahia. Uma comissão técnica de avaliação dos planos estabeleceu ações emergenciais para os próximos dois anos.

Na área de pesquisa serão desenvolvidos em Abrolhos vários projetos: projeto de proteção da baleia Jubarte, uma vez

que Abrolhos é a área de acasalamento e cria da espécie no Atlântico Sul; projeto de montagem de know how para implantação de unidades marinhas no País (atualmente só existem três); projeto de dinâmica ambiental, que indicará qual o melhor gerenciamento costeiro para a região.

No parque marinho de Fernando de Noronha estão previstas pesquisas de comportamento do golfinho rotador, estudos visando à eliminação de espécies exóticas ao local, como cavalo, cabra, carneiros e principalmente o teju, uma espécie de lagarto introduzido pelo homem na ilha para atuar como predador de ratos e que coloca em risco a sobrevivência de animais nativos.

Dentre as prioridades encontram-se ainda a realização de estudos para a recuperação do manguezal local e a eliminação de espécies vegetais exóticas.

Dentro do organograma que está sendo elaborado pelo Ibama serão também indicados os técnicos que acompanharão cada projeto.